

Avaliação e o ensino público de qualidade

Avaliações são excelentes instrumentos de constatação de (in)eficiência de um sistema educacional, mas devem ser, antes de mais nada, fontes de informação e de diagnóstico para transformar realidades. Se não forem utilizadas rapidamente para superar dificuldades, servirão apenas para classificar escolas e redes ou premiar/punir aquelas que ficaram aquém do esperado ou desejado.

Dado que o aluno é a razão de ser dos sistemas de ensino, toda a estrutura educacional deve estar voltada para garantir seu sucesso. Quando alguma dificuldade no percurso do ano letivo for detectada, a escola deve intervir. Por isso o ato de avaliar é uma prática que precisa ser incorporada à rotina educacional em todos os seus momentos, informalmente. Esse olhar avaliativo constante permite investir na individualidade do aluno e respeitar sua bagagem cultural, sem, contudo, perder de vista o planejamento e as metas a serem alcançadas no processo de aprendizagem.

Para o aluno dar certo é preciso que as aulas aconteçam de fato, que professor e alunos estejam integralmente presentes a elas, e que o estudante aprenda no mínimo a ler com compreensão e a transmitir por escrito seus posicionamentos de forma que outros o entendam. Embora isso pareça óbvio, não é tão simples assim: em muitas salas de aula, pelo Brasil afora, a aprendizagem e o ensino não contam com as 800 horas mínimas de aula previstas pela legislação para o ensino fundamental; as faltas de professores e alunos são muitas vezes abusivas, e os alunos não conseguem desenvolver sequer a leitura e a escrita, para não falar de outras áreas. Portanto, a educação deve ser pautada por metas que garantam o sucesso do aluno e que devem ser avaliadas ao longo do ano letivo. É preciso garantir que alunos que não tiveram desempenho adequado se recuperem e não passem de ano sem saber ler e escrever, incentivando-os a aumentar seu potencial para o desenvolvimento de habilidades e competências.

Todos os alunos podem dar certo, e não somente aqueles oriundos de famílias com melhor capital social e cultural. Nossa desigualdade social não é gratuita, tem tudo a ver com a má qualidade da educação e com a falta de cuidado para com nossas crianças. Não basta melhorar a média de desempenho dos estudantes, é preciso garantir que cada um dos alunos matriculados em escolas públicas, onde se encontram quase 90% de nossas crianças, alcance o desenvolvimento mínimo de habilidades e competências esperado para cada série/ano escolar. Somente por esse caminho é que a educação promoverá a equidade social e romperá ciclos perversos de analfabetismo e pobreza.

Zelar pela aprendizagem e desenvolvimento infanto-juvenil não é uma questão pedagógica apenas, é um dever moral da sociedade. A participação de todos os segmentos sociais no acompanhamento da rotina escolar não é difícil, é mais uma questão cultural do que de conhecimentos educacionais propriamente ditos. Famílias e a comunidade no entorno da escola, por exemplo, podem acompanhar o cumprimento do calendário escolar, a presença do professor e do diretor, contribuir para que seus filhos estejam dentro da escola, zelar para que o espaço escolar seja agradável, que as verbas sejam bem utilizadas, acompanhar o progresso dos alunos e saber o que se espera deles etc.

A comunidade escolar e extra-escolar devem ser parceiras, na superação das dificuldades. Não se trata mais de buscar culpados, pois não existe apenas um culpado, mas de partir para ações de superação. É olhar para frente. É preciso cuidar da formação inicial dos educadores e incentivá-los a serem bons profissionais, continuamente. É preciso apoiá-los para que sejam gestores competentes do processo de ensino, que se responsabilizem não só pela aprendizagem de seus alunos, mas pelo próprio crescimento pessoal e profissional. Os diretores, por sua vez, precisam exercer liderança positiva no processo de construção da proposta pedagógica da escola e na formação das equipes escolares. E às secretarias de educação cabe garantir a infraestrutura necessária à qualidade escolar.

É preciso que tenhamos um projeto de nação e não de governo, com ações processuais e não pontuais, como historicamente temos presenciado, e que não nos percamos em discussões ideológicas ou metodológicas que nos fazem perder o foco da educação, isto é, o ensino centrado no aluno. Precisamos entender que não se desenvolve uma criança em um período de governo, portanto as políticas educacionais devem atravessar mandatos, devem estar patentes no Plano de Educação construído coletivamente, portanto não pertence a este ou àquele secretário, nem ao prefeito ou ao governador. É de todos nós brasileiros.

Inês Kisol Miskalo – é gerente executiva da área de Gestão de Políticas de Aprendizagem do Instituto Ayrton Senna e membro da Cátedra UNESCO/IAS de Educação e Desenvolvimento Humano